

Relatório Final de Iniciação Científica

PIBIC 2007–2008

TEMA: “*Burocracias e Redes Sociais*”

ORIENTADORA: Ana Cristina Braga Martes

ALUNO: Heitor Lucas Maurici Gomes

Sumário

1. Introdução.....	2
2. Referencial Teórico.....	6
3. Metodologia.....	18
4. Desenvolvimento do Tema.....	19
5. Conclusão.....	26
6. Bibliografia.....	27
7. Anexos.....	28

1. Introdução

Inicialmente, o cronograma aprovado pela comissão do PIBIC (Anexo 1) indicava que este projeto de iniciação científica seria uma continuação de projetos de anos anteriores de forma a complementar o estudo no tema “Burocracias e Redes Sociais” da professora Ana Cristina Braga Martes.

Assim, minha pesquisa seria sobre o Conselho Monetário Nacional (CMN), como forma de mapear suas ações políticas no cenário federal. Algumas razões modificaram a linha de estudo proposta no início, sendo que as principais foram: as experiências em projetos anteriores que mostraram a dificuldade de se obter informações específicas sobre os conselhos (principalmente os mais estratégicos como é o caso do CMN) e a distância entre o órgão, que possui sede em Brasília, e a FGV-EAESP.

Desta forma, um novo roteiro foi sendo construído de forma a compor um novo projeto, logicamente que conectado com o primeiro. Este novo projeto (Anexo 2) busca estudar a promoção de políticas públicas no desenvolvimento do empreendedorismo. Pode-se entender que este tema engloba muitas áreas do conhecimento, mas principalmente duas: a Administração Pública e a Sociologia Econômica.

Quanto à Administração Pública, o intuito é analisar sua forma de organização, ou seja, a burocracia e também explorar os principais personagens envolvidos no desenvolvimento de políticas públicas que visam o empreendedorismo, assim como seus interesses.

Já em relação à Sociologia Econômica, o objetivo é compreender a figura do empreendedor e também buscar incluir no estudo uma abordagem da Economia tendo um enfoque mais amplo e socializada do que os estudos desta área costumam apresentar atualmente.

Para tanto, é interessante mapear um pouco da história da Sociologia Econômica. Ela se inicia com clássicos como Max Weber, Karl Marx e Emile Durkheim, que procuravam entender a relação entre instituições e estruturas sociais com a dinâmica do trabalho, além do processo histórico e contexto social que levaram o homem a reorganizar e modificar o sistema produtivo e de trocas no espaço e tempo.

No entanto, no final do século XIX, um novo pensamento econômico apresentaria uma nova forma de encarar a Economia, separando-a dos fenômenos sociais. No século XX, a própria Sociologia se afasta da Economia. É claro que nenhuma das duas áreas renegou uma a outra, mas houve um distanciamento em relação às abordagens de ambas. No mesmo período, autores importantes como Joseph Schumpeter e John Maynard Keynes, fizeram duras críticas ao ortodoxo pensamento econômico.

Mesmo esta cisão não sendo completa, a Economia se tornou uma área do conhecimento de modelos dedutivos, de individualismo metodológico e de racionalidade dos agentes, se afastando ainda mais de suas origens ligada às Ciências Sociais.

Esta desconsideração social deu origem a ascensão da chamada Nova Sociologia Econômica, que tem como principal autor Mark

Granovetter. Assim, esta não apenas busca dar um tratamento sociológico às variáveis econômicas, mas também construir uma nova forma de conhecimento a fim de ocupar a lacuna existente entre a Economia e a Sociologia.

São poucas as produções teóricas que envolvem o desenvolvimento de políticas que promovam o empreendedorismo. As obras atuais procuram explorar um outro aspecto do empreendedorismo, construindo um guia prático de como se tornar um empreendedor, ou ainda, narrando histórias de indivíduos que obtiveram sucessos como empreendedores.

Assim, este relatório tem como objetivo contribuir com uma construção intelectual de empreendedorismo diferente da abordagem atual, priorizando uma discussão bibliográfica sobre o empreendedorismo utilizando a abordagem da Sociologia Econômica. Ele é composto, além desta Introdução, por mais cinco partes: o Referencial Teórico, a Metodologia, o Desenvolvimento do Tema, a Conclusão, a Bibliografia e os Anexos.

No Referencial Teórico, as bibliografias e os conceitos que delas fazem parte serão expostos de forma a integrar o corpo principal deste estudo. Na Metodologia, será descrita a metodologia ou a forma que o projeto foi construído. No Desenvolvimento do Tema, as teorias serão apresentadas em conjunto e proposições serão feitas em relação ao desenvolvimento de políticas públicas de empreendedorismo. Na

Conclusão, uma síntese de tudo o que foi exposto será feita e irão ser traçadas as perspectivas para a segunda metade do projeto.

2. Referencial Teórico

De acordo com o que foi exposto na Introdução, este é o momento de explorar as bibliografias trabalhadas nesta primeira parte do projeto e os conceitos que dela fazem parte. Três livros e quatro textos foram os principais referenciais teóricos desta primeira parte da pesquisa.

O primeiro livro trabalhado foi “A Sociologia Econômica” de Philippe Steiner (1999). Inicialmente, o livro trata dos desafios que a Sociologia Econômica possui frente à Teoria Econômica. Em sua natureza, a Economia é uma ciência social, e que, ao longo dos tempos, foi perdendo esta raiz.

De acordo com a Teoria Econômica, o mercado funciona a partir das leis de oferta e de demanda, em que cada indivíduo age de forma a buscar a maximização de sua utilidade, sendo influenciados por quantidade e preço, sem se preocupar com a ação de outros indivíduos ou sem considerar as dinâmicas sociais vigentes.

De forma oposta, a Sociologia Econômica conceitua o mercado como uma estrutura social que para ser entendido é necessário que ele seja estudado a partir do cenário histórico no qual ele está inserido. Enquanto a Teoria econômica trata o comportamento do indivíduo de forma atomizada e não socializada, de forma com que ele busque apenas a maximização de vantagens e do auto-interesse, a Sociologia Econômica busca socializar este indivíduo para entender o mercado.

Um dos instrumentos que a Sociologia Econômica utiliza para tanto são as redes sociais. Estas são mecanismos que nos ajudam descrever e formalizar as interações entre os indivíduos. A partir da concepção que o fato econômico é um fato social, analisar o mercado por meio das redes sociais nos permite compreender a importância do capital social no mercado. O tamanho das redes, a intensidade do vínculo com outros indivíduos, a confiança entre os membros das redes, todos estes fatores são determinantes para analisar o mercado nos moldes propostos pela Sociologia Econômica.

A principal contribuição do livro foi conceder um panorama geral sobre a Sociologia Econômica. A história, os autores, a metodologia foram assuntos abordados na obra. Ela possibilitará que o projeto assuma uma outra forma de estudar a economia, diferente da maioria das produções atuais.

O segundo livro trabalhado foi “A Sociedade em Rede” de Manuel Castells (1999), que faz uma ampla abordagem das mudanças que marcaram a transição do mundo moderno para o pós-moderno. Para tanto, ele explora diversos cenários como o social, o político, o econômico e o cultural.

Tendo seu enfoque no processo de inovação tecnológica e na ascensão da era da informação, o autor analisa a formação das estruturas sociais a partir das relações históricas de produção, transitando entre o pré-industrialismo, o industrialismo e o informalismo.

Neste contexto, o ponto principal da obra é a transição do modelo fordista de produção para o modelo flexível. No primeiro, ocorria a integração vertical, em que todos os processos e as etapas produtivas se localizavam num mesmo local ou numa mesma fábrica. Para que os avanços tecnológicos pudessem ser devidamente aplicados no ramo produtivo, foi necessária uma nova lógica produtiva mais flexível, pois o contrário tornava a os avanços tecnológicos obsoletos.

Com estas mudanças, novos desafios também vieram como, por exemplo, uma demanda imprevisível em relação à quantidade e à qualidade dos produtos. Novas ferramentas de gestão se tornaram necessárias, entre elas, o marketing ou a gestão da cadeia de suprimentos, já que os fornecedores não mais estavam no mesmo local em que se produziam os produtos.

E assim foi sendo criado o complexo cenário da era informacional em que os canais de comunicação progrediram mais rapidamente que a mensagem. Novos elementos como a terceirização, a administração do sistema de informação, a flexibilização do trabalho (jornadas flexíveis, férias, bonificações, etc.) foram incorporadas ao sistema produtivo na era do informacionalismo. O mundo se tornou uma grande rede em que quem está dentro dela e consegue trabalhar suas informações garante sua sobrevivência e quem está fora dela, por não possuir a referência global, se torna alienado e excluído do sistema. Ainda, o tempo e o espaço,

matérias-primas da vida humana, também foram redefinidos com a esta nova organização social.

Para este projeto, o livro é importante para a compreensão da teoria de redes sociais no processo de globalização por que passa o mundo contemporâneo.

O terceiro livro trabalhado foi “Entrepreneurship Policy: Theory and Practice” de Anders Lundström e Lois A. Stevenson (2006), em que os autores realizam pesquisas em 13 países com o objetivo de avaliar as políticas empreendedoras desenvolvidas e, a partir disto, sugerir como deveria ser a estrutura de uma política empreendedora.

De acordo com os autores, o contexto em que se desenvolvem as políticas é muito importante. Isso explica o grande número de variáveis analisadas por eles como: PIB, taxa de juros, nível de educação, crédito, impostos, entre outras.

A cultura empreendedora pode ser entendida de acordo com dois aspectos: maximizar a possibilidade dos indivíduos de abrirem seus negócios ou então maximizar a potencialidade dos indivíduos de viverem de forma empreendedora, em todos os níveis de organização social.

A primeira acepção é direta e clara. Ela se refere à potencialidade de indivíduos em iniciar seu próprio negócio. A segunda é mais ampla e complexa, pois remete a um modelo comportamental dos cidadãos viverem diante dos desafios do mundo atual. É a forma que eles agem de acordo com as mudanças ou de acordo com as oportunidades que surgem

(sendo as mudanças e as oportunidades características correntes no mundo atual).

Eles também citam três conceitos que são fundamentais para a criação de uma política com o foco no empreendedorismo: motivação, oportunidade e habilidade.

Pela motivação a atitude. Já oportunidade remete a uma questão de ambiente que possibilitaria o desenvolvimento de uma nova empresa. É neste ponto que o setor público deve ser mais atuante. A habilidade seria a capacitação técnica que irá originar o objetivo/fim do negócio, ou seja, o bem ou serviço a ser gerado por ele para a sociedade.

Este é um livro que procura construir uma política de empreendedorismo tendo como base as pesquisas realizadas nos países. Mesmo com muitas restrições, os autores apresentam uma política interessante, sendo que o tema é pouco abordado nas produções atuais. Tentar aplicar esta teoria no caso do Brasil pode ser muito complicado, uma vez que, segundo os próprios autores, a teoria pode sofrer distorções em países populosos.

A Introdução do livro *“Introdução à Organização Burocrática”* de Fernando C. Prestes Motta e Luiz C. Bresser Pereira (2003) foi o primeiro texto lido. Ela trata o que seriam sistemas sociais burocraticamente organizados. Para tanto, os autores se apóiam na grande referência no assunto: Max Weber.

A organização burocrática faz parte de um dos três tipos de dominação propostos por Weber: a carismática, a tradicional e a racional-legal. Enquanto as duas primeiras se distanciam de um tipo de organização racional, a dominação racional-legal, como o próprio nome sugere, se aproxima deste ponto.

Isto se deve ao fato de que uma organização racional-legal ou burocrática deve cumprir alguns princípios como a impessoalidade, a formalidade, o profissionalismo, a hierarquia, a eficiência, entre outros, não havendo assim espaço para sentimentos, favoritismos, gratidão ou sentimentos de simpatia (e também antipatia).

Max Weber analisa a burocracia como um tipo ideal. Tipo ideal é uma ferramenta metodológica utilizada pelo o autor como uma forma de abstração da realidade, com o intuito de analisar teoricamente um fenômeno. A burocracia é um tipo de poder moderno, que possui como base um quadro administrativo fortemente marcado pela hierarquia. Uma variável muito importante para entender este tipo de dominação é a questão da legitimidade, pois é através dela que o surgimento da burocracia como uma dominação pode ser entendida.

Outro texto referência para o estudo é o capítulo 2 de “*A Condição Humana*” de Hannah Arendt (1958) intitulado “*As Esferas Pública e Privada*”. A autora inicia seu texto explicitando um tipo de atividade exclusivamente humana: a ação.

A ação seria algo que não se faz apenas para si, é algo que depende de outras pessoas. Para analisar as esferas que dão nome ao capítulo, Hannah Arendt volta a polis grega que seria a entidade em que a autoria guia sua argumentação a respeito da esfera pública, a esfera do comum. Em contraponto, a esfera do privado seria o ambiente familiar, a casa, a esfera do próprio.

Assim, a ação seria uma prática característica da vida pública, local em que tudo pode ser visto e ouvido por todos, enquanto na esfera privada ocorre a privação, a ausência dos outros. Mais do que uma relação de oposição entre estas duas esferas, Hannah Arendt mostra um outro tipo de relação identificada na sociedade grega.

A esfera pública só foi possível em decorrência da esfera privada, uma vez que os indivíduos poderiam participar da primeira se estivessem de alguma forma, estabelecidas às relações marcantes da segunda. Assim, apenas quando as necessidades vitais do indivíduo forem satisfeitas (o que ocorre na esfera do privado), ele estaria liberto para participar da esfera pública.

“Ação Econômica e estrutura social: o problema da imersão” de Mark Granovetter (2007) foi outro texto trabalhado no qual o autor trata das relações ao estudar o comportamento econômico. A ação econômica e a estrutura social identificadas por Granovetter se opõem, pois a primeira segue a tradição utilitarista, que pressupõe um agente de comportamento racional e minimamente ligado aos fatores sociais e a segunda assume a

hipótese que o comportamento do agente na economia é tão ligado ao ambiente social que ignorar tal fato é um grave equívoco.

Esta última abordagem vai ao encontro do que o autor chama de imersão, variável central do artigo de Granovetter. Explicando melhor o conceito, para os sociólogos o comportamento de agentes econômicos está imerso nas relações sociais de sociedades pré-modernas, sendo que na modernidade a abordagem comportamental que se identifica é mais individual e racional.

Cria-se então, as concepções de que as ações do homem seriam supersocializadas ou subsocializadas. O que define ambas as decisões é a sensibilidade dos agentes em relação aos outros indivíduos. De um lado está o entendimento que o homem possui hábitos e costumes seguidos de forma automática, ou seja, os padrões sociais seriam interiorizados por ele. De outro, o homem busca de forma racional ampliar seu bem-estar e garantir seus interesses.

Mas de acordo com Granovetter, tanto a concepção supersocializada quanto a subsocializadas tratam o homem de forma atomizada. O fato de ele interiorizar hábitos e costumes possibilita dizermos que ele está agindo de forma individual, assim como a descrição da concepção subsocializada.

A imersão assume importantes características no que se diz respeito ao capital humano. Ao analisar, por exemplo, a confiança, pode-se dizer que quanto mais confiança houver numa transação entre indivíduos, menos custosa ela será. Não será preciso objetos legais que definam

direitos e deveres entre as partes, e esta relação com o custo inibe a ação de má-fé.

O capital humano pode ser relacionado ao conceito de redes sociais, conceito desenvolvido pelo próprio Granovetter, no qual estaria imerso o comportamento econômico. Um tipo de abordagem que contempla, em parte, tanto as concepções subsocializadoras quanto a supersocializadoras.

“De volta aos clássicos - Inovação empreendedora e conflito institucional” de Ana Cristina Braga Martes (2006), foi a última obra trabalhada. O texto que introduziu ao projeto a figura do empreendedor schumpeteriano que, segundo a autora, apresenta uma abordagem de cunho weberiano. Este fato se deve pela análise desta figura ser baseada num indivíduo socializado e não atomizado, o contrário previsto pela Teoria Econômica.

O empreendedor schumpeteriano está ligado ao processo de inovação. Esta inovação pode ocorrer por meio de tecnologia ou de uma nova combinação dos meios de produção. Assim, ao desequilibrar o fluxo circular de renda, através da inovação, Schumpeter afirma que o empreendedor gera o desenvolvimento econômico (destruição criativa).

Ainda, ele é um agente racional, que possui suas paixões, mas também possui valores, distanciando a figura do empreendedor do capitalista. Sua ação de “quebrar” o fluxo circular gera conflitos e

resistências de agentes institucionais, como capitalistas que buscam a continuidade da economia vigente.

Ana Cristina Braga Martes conclui o texto deixando uma indagação para os estudiosos no assunto: quais seriam as barreiras institucionais que vão contra a ação do empreendedor schumpeteriano?

O clássico *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Hollanda foi a obra escolhida para iniciar a segunda parte do projeto de iniciação científica. Os capítulos 1, 2 e 5 foram utilizados com o intuito de traçar especificidades da formação da política e da sociedade brasileira.

Nos textos, Sérgio Buarque retoma à colonização portuguesa e as características desta sociedade definidas pelo autor como passional, pessoal e que estabelece vínculos não baseados apenas na racionalidade e na utilidade (utilitarismo).

Numa comparação com outros povos europeus, mais especificamente a Holanda, Sérgio Buarque afirma que, ao contrário dos holandeses, os portugueses encontraram em solo brasileiro condições muito favoráveis e harmoniosas para o estabelecimento de seu povo. No entanto, faltou orgulho para que eles formassem uma pátria que não fosse a sua.

Já os holandeses, eles não encontraram um ambiente tão favorável. Diferenças climáticas, culturais e religiosas (já que o catolicismo já era presente na época da vinda da companhia holandesa). É possível um

indivíduo se adaptar a tantas diferenças, mas não uma raça, inviabilizando a manutenção de uma colonização holandesa.

Algumas características deste povo são apresentadas pelo autor: seriam eles racionais, que possuem o espírito da rivalidade, ânimo, ao contrário dos portugueses que eram aventureiros, instáveis e que buscam a prosperidade, não por meio do trabalho, mas em custa da ousadia e da conquista.

A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, outro clássico da sociologia, de Max Weber, foi o próximo livro analisado. A utilização deste livro foi motivado pelas características descritas acima, ou seja, pelas diferenças existentes entre a sociedade portuguesa e holandesa.

Explicando melhor esta relação e introduzindo o que foi estudado com o livro do Weber as características dicotômicas entre os dois povos podem ser explicadas pelo que Weber chama de ética protestante. A religiosidade ligada à cultura do trabalho teria inaugurado uma quebra na ordem tradicionalista de tal forma que, não só possibilitou, mas também impulsionou uma nova ordem: o capitalismo.

O espírito capitalista seriam hábitos e ações que almejavam a busca do lucro, do ganho. Este espírito seria sancionado por uma ética ligada à Reforma Protestante – sendo as mais conhecidas o calvinismo e o luteranismo.

Como efeito desta origem, se desenvolveu uma nova forma de produção, separando a família deste processo e instituindo uma

racionalidade que desembocou na divisão do trabalho e na quebra com o modo de produção tradicional.

O livro *Culture Matters* também foi utilizado nesta pesquisa. Esta obra é uma compilação de diversos autores que produziram ensaios enaltecendo a importância da cultura nos mais diversos temas como, por exemplo, política, economia, antropologia e algumas discussões mais específicas como, por exemplo, a discussão sobre as minorias.

Neste livro, destaca-se o texto de Jeffrey Sachs, em que o autor destaca a importância de se ater a particularidades para que se alcance o crescimento econômico. Dentre estas particularidades destacam-se: a geografia, os sistemas sociais e o que o autor chama de *feedback* positivo, processo pelo qual a diferença entre o processo de industrialização precoce ou tardia seria determinante para o aumento das desigualdades regionais.

Como principal contribuição para este trabalho, destaco a importância da cultura das instituições no desempenho econômico. Assim, não considerar esta variável seria o mesmo que atrofiar uma ação, prejudicando desta forma sua efetividade.

3. Metodologia

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi a análise documental: livros, textos, artigos acadêmicos, notícias de jornal e Internet.

Na segunda parte, foram feitas discussões e reflexões sobre a Sociologia Econômica numa matéria da Pós-Graduação ministrada pela orientadora deste projeto, a professora Ana Cristina Braga Martes. Além disso, prosseguiu-se com a análise documental conforme descrito no *Referencial Teórico* deste projeto.

4. Desenvolvimento do Tema

Buscando estudar a promoção de políticas públicas no desenvolvimento do empreendedorismo e seu impacto na sociedade, primeiramente devem-se considerar alguns pontos sobre a burocracia e as redes sociais.

A burocracia, de acordo com a teoria weberiana, pode ser entendida como um dos três tipos de poder descritos pelo sociólogo: a dominação racional legal. Assim, alguns pressupostos definem a organização burocrática como a eficiência, a impessoalidade, a meritocracia, a racionalidade, entre outros.

Este tipo de organização consegue se adequar a princípios de organização de Estados pós-modernos previstos em constituição dos principais países republicanos do mundo ocidental. Por isso, é o sistema utilizado por estes Estados, pois é visto como um tipo de organização que respeita às prerrogativas e os atributos do Estado, como o benefício da coletividade, por exemplo.

A realidade brasileira aponta para uma nova definição da palavra burocracia. Isto ocorre em decorrência da crise de legitimidade que passa o Estado. A burocracia, atualmente, é sinônimo de ineficiência, excessivos entraves, “dor de cabeça” e etc.. Enquanto a organização burocrática passa por esta crise, pode-se identificar a ascensão de uma nova forma de organização social, que possui diferentes atributos e características.

As redes sociais nascem na era da informação como um tipo de análise sociológica que pode identificar particularidades entre diferentes sociedades por meio dos agentes que delas participam, dos vínculos entre os indivíduos, dos formatos das redes, dos seus buracos, entre outros fatores.

O conceito de redes sociais foi desenvolvido por Mark Granovetter, na década de 70, em que ele detectou que um novo tipo de relação entre indivíduos ditava as alocações no mercado de trabalho. Uma relação que não se atenta tanto a princípios meritocráticos, mas sim à confiança, à amizade ou até mesmo ao parentesco.

Assim, pode-se entender esta teoria a partir do que Manuel Castells chama de Espaço dos Fluxos. As pessoas ainda vivem em lugares, enquanto as relações entre elas ocupam o espaço dos fluxos de forma com que toda a dinâmica social seja alterada a partir deste novo espaço.

A rede estabelecida a partir desta nova lógica não prioriza princípios como a meritocracia e a impessoalidade como na organização burocrática, causando um conflito conceitual entre os dois modelos. Impor a idéia de redes sociais na lógica do Estado é infringir as regras republicanas que foram construídas na história. Impor a idéia de burocracia (não no seu sentido de regulamentação, mas nos seus princípios) na sociedade é contrariar um funcionamento da cultura vigente.

No entanto, o Estado possui uma vasta rede de relações com diversos órgão da sociedade. Ou seja, o Estado não pode formar sua rede

de relações a partir da lógica em que são estabelecidas as demais redes sociais na sociedade, o que não quer dizer que ele não tenha uma rede de relações em que os vínculos são estabelecidos de uma forma que atende e respeita suas prerrogativas. Aliás, de todos os agentes na sociedade, o Estado é o que mais possui redes. Mas dentro de sua rede de relações, os vínculos existentes não pressupõem características iguais a dos outros indivíduos. O Estado age no campo social de acordo com as prerrogativas expostas anteriormente.

Os agentes que compõem a rede do Estado são muito atuantes no desenvolvimento de políticas públicas. Conselhos auxiliam num aspecto mais técnico e consultivo, empresas contribuem com o capital, bancos com o crédito. Assim, para a construção de uma política de empreendedorismo uma grande rede de agentes é necessária: instituições de ensino, órgãos que facilitem o acesso ao crédito, órgãos que possam dar suporte aos novos empreendedores, e muitos outros.

Este tipo de política não apenas socializa a economia, mas também busca contribuir uma forma de específica de política condizente com a teoria da Sociologia Econômica estudada.

Mapeando os agentes que compõem a atual rede do Estado brasileiro, pode-se verificar que o acesso ao crédito em 2007 se expandiu. Muito em decorrência do microcrédito que possui níveis muito baixos de inadimplência.

O SEBRAE é uma instituição importante neste cenário que promove assessoria a empreendimentos e micro empresas. Ainda, contribui com palestras, cursos e um amplo atendimento ao público em geral.

No entanto, características muito importantes para a promoção de políticas de empreendedorismo preocupam: a educação da maioria do povo brasileiro é um elemento que dificulta a expansão da política. O nível de escolaridade do brasileiro vem melhorando nos últimos anos, mas ainda apresenta resultados ruins comparados ao resto do mundo. Como exemplo, numa publicação da Folha de São Paulo (anexo 2), os alunos brasileiros ficaram na 52^o entre 57 países numa prova aplicada de ciências. A reportagem destaca os esforços do governo em promover melhorias na pós-graduação do país, mas aponta que nada tem sido feito para melhorar a qualidade no ensino fundamental.

O excesso de burocracia é outro problema. O Brasil, de acordo com o relatório do BIRD, publicado na Folha de São Paulo (anexo 2), ocupa a posição 122^o entre 178 países e permanece como um dos países mais difíceis do mundo para se fazer negócios. Pagamento de tributos e, principalmente, o tempo gasto com a chamada “papelada” são os responsáveis pela má colocação do país.

Mais um ponto negativo é que quase metade das empresas criadas em 1997 fecharam até 2005. A pesquisa realizada pelo IBGE (anexo 2) mapeia as empresas ao longo dos anos e verifica que a maioria não sobrevive logo no primeiro ano.

A figura do empreendedor possui algumas peculiaridades. Este não seria apenas um indivíduo que busca apenas o lucro como os capitalistas, por possuir outros valores, outras paixões.

Ao colocar todos estes fatores na realidade brasileira, deve-se fazer uma consideração. Dificilmente os valores e as paixões típicas dos empreendedores possam ser identificados em indivíduos que não possuem renda, não possuem moradia, saneamento básico, educação, etc., pois estes indivíduos antes das suas paixões possuem necessidades.

O que falta à sociedade brasileira é o que Amartya Sen chama de liberdades substantivas em “*Desenvolvimento como liberdade*”. As liberdades substantivas seriam as condições básicas para um indivíduo: se nutrir, estudar, ter segurança, ter liberdade política, entre outras.

Será que uma política de empreendedorismo pode, ao mesmo tempo, garantir renda e despertar a cultura empreendedora na sociedade, na medida em que ela vai sendo implantada, e também garantir muitas destas liberdades substantivas? Será que é necessário que a sociedade brasileira cumpra etapas e conquiste primeiro estas liberdades, de forma com que elas construam a base social necessária para que políticas deste gênero possam ser implementadas com sucesso?

Fato é que a obra de Sérgio Buarque de Hollanda contribuiu para que fosse possível traçar importantes características da sociedade brasileira que, sem dúvida, devem ser consideradas na formulação de uma política de empreendedorismo.

A diferença cultural existente entre o povo brasileiro e os povos que possuem muito sucesso na área de empreendedorismo (os holandeses, por exemplo), apontam diferenças consistentes na formulação de seus respectivos mercados.

É verdade que o capitalismo globalizado tratou de dissolver muitas das peculiaridades que foram resultantes na origem dos mercados. No entanto, ignorar estas variáveis culturais é um grave erro para a formulação de uma política de empreendedorismo. É importante ressaltar que o mercado é uma construção social, assim como todas as relações, de cunho econômico ou não, entre indivíduos.

Desta forma, as relações de mercado entre os agentes econômicos em qualquer outro lugar do mundo, mas principalmente no Brasil, não tendem a ser apenas racionais e utilitárias, contemplando o que foi estudado no início deste trabalho com a Sociologia Econômica. Pode-se verificar a existência de outras variáveis que condicionam a atuação do indivíduo e não apenas a oportunidade de ganho máximo.

As características da colonização portuguesa, base para a formação da sociedade brasileira, aliadas com o aspecto religioso abordado por Weber, que o trabalho, na religião protestante, indica o merecimento de um indivíduo em alcançar a salvação, conseguem traçar um perfil cultural da população brasileira que conflita com o perfil do empreendedor.

Isto por que enquanto a sociedade brasileira absorveu as características descritas na obra *Raízes do Brasil*, ela se enquadra no

oposto do que foi identificado por Weber. O catolicismo não possui este vínculo com o trabalho, mas sim com o conformismo e com a esperança de uma vida melhor dada por Deus.

No entanto, isto não significa que o empreendedorismo não possa ser desenvolvido no Brasil, mesmo por que já alcançou expressivos reconhecimentos nesta área. O que ocorre é que ele, no seu modelo atual, é promovido como forma de geração de renda e não por oportunidades de inserção.

Por este motivo, é muito importante a presença do Estado na formulação de políticas públicas que possibilitem a manutenção deste modelo e o surgimento na economia de oportunidades.

Isto deve ser feito como uma forma de minimizar as barreiras que impedem a promoção destas políticas como o acesso ao crédito, a elevada carga tributária, o excesso de exigências legais, o nível educacional de baixa qualidade e a dificuldade de acesso às informações de gestão, entre outras discutidas anteriormente. Da mesma forma, estas políticas podem se aproveitar das instituições que possuem capacidade de contribuir como as iniciativas de microcrédito, muito fortes em nível local, as instituições de ensino e de capacitação de estudantes e trabalhadores (SENAI, SESI, SEBRAE, SESC), as incubadoras de empresas, entre outros.

Essencial é uma atuação do Estado em rede com este órgão como de possibilitar a promoção destas políticas, viabilizando não apenas a geração de renda, mas também as oportunidades.

5. Conclusão

Mais do que configurar um cronograma de políticas públicas ou ainda um plano de negócios para empreendedores, busquei refletir, a partir de estudos nas áreas da Sociologia Econômica e Administração Pública, como pode se posicionar o Estado nesta nova “febre empreendedora”, como forma de reduzir o número de novos negócios mal sucedidos e aumentar o número de oportunidades neste ramo.

Reforço os dois aspectos primordiais e relação a isto: atuação do Estado em rede e um estudo do perfil cultural como forma de adaptar esta prática econômica na realidade brasileira. Estes dois pontos não apenas contribuem para o desenvolvimento do empreendedorismo, mas também das políticas públicas em geral.

Infelizmente não foi possível nesta pesquisa realizar um estudo mais aprofundado com pesquisas de campo e entrevistas, mas acredito que esta análise documental possui obras de grande valor no assunto, o que permite novas pesquisas explorar idéias, criticar posicionamentos ou ainda prosseguir os estudos no ramo da Sociologia Econômica.

6. Bibliografia

- LIVROS

- CASTELLS, Manuel, *A Sociedade em Rede*, 1999.

- LUNDSTRÖM, Anders e STEVENSON, Lois A., *Entrepreneurship Policy: Theory and Practice*, 2006.

- STEINER, Phillipe, *A Sociologia Econômica*, 1999.

- HOLANDA, Sérgio Buarque, *Raízes do Brasil*, 1936.

- TEXTOS

- ARENDT, Hannah, Capítulo 4 de *A Condição Humana*, 1958.

- GRANOVETTER, Mark, *Ação Econômica e estrutura social: o problema da imersão*, 2007.

- MARTES, Ana Cristina Braga, *De volta aos clássicos - Inovação empreendedora e conflito institucional*, 2006.

- MOTTA, Fernando C. Prestes e PEREIRA, Luiz C. Bresser, Capítulo 1 de *Introdução à Organização Burocrática*, 2003.

- SEN, Amartya, *Desenvolvimento como Liberdade*, 2000.

- SACHS, Jeffrey, *Notas para uma nova sociologia do desenvolvimento econômico*, 2000.

- WEBER, Max, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Capítulos 1 e 2.

- PUBLICAÇÕES

- Fórum de Sociologia Econômica da RAE abril/junho de 2007.

7. Anexo

ANEXO 1 - Cronograma do projeto “Burocracias e Redes Sociais”

Programa de Iniciação Científica

Professora: Ana Cristina B. Martes

Alunos que pedem a prorrogação por mais um ano:

Nina Cunha

Isabela Calligari

Aluno ingressante:

Heitor L. M. Gomes

Esclarecimento inicial - Esta proposta¹ de trabalho com alunos de iniciação científica dá continuidade ao projeto “**Redes Sociais e Burocracia**”. Sendo assim, apresentamos aqui apenas a proposta resumida, tendo em vista sua continuidade.

Para esta segunda etapa, os alunos analisarão os seguintes Conselhos organizados na área econômica, nível federal:

1 - Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. Ao CMN compete: estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia.

¹ As informações sobre os Conselhos que constam desta proposta foram levantadas por Heitor L. M. Gomes.

2 - Conselhos da Caixa Econômica Federal - foi criado em 1952, pelo Decreto no 31.794 que regulamentou a Lei do Economista. É uma entidade autárquica de direito público e possui sede em Brasília.

3 - Conselhos do Banco do Brasil - De acordo com o Estatuto da Fundação Banco do Brasil são quatro os órgãos administrativos da Instituição: o Conselho Curador, a Diretoria Executiva, o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.

Proposta de pesquisa 2007 - 2008

No âmbito federal de governo, estão organizados conselhos cuja atribuição abarcam desde a simples consulta por parte do Presidente da República, como o Conselho da República, até de assessoramento, como os Conselhos de Governo e de Desenvolvimento Econômico e Social. Há, ainda, conselhos de políticas gestores de programas, territoriais, globais e setoriais, definidos em boa parte em leis federais, que buscam concretizar direitos como saúde, educação, assistência social, entre outros. No atual Governo Federal, os Conselhos se configuram como espaços de co-gestão para as decisões de políticas públicas. Muitas vezes são decisões concretas, em outras oportunidades são apenas diretrizes, mas todas consideradas relevantes. Não obstante, desde os anos 1950, a administração pública adota a prática de conselhos como espaços e institucionalizados.

Apesar da importância que têm os Conselho na engrenagem da gestão pública federal, há poucos trabalhos acadêmicos sobre eles, com exceção da área da saúde, meio ambiente e educação, no que tange à sua composição e gestão. ²

² Ver bibliografia

Neste projeto pretende-se estudar três Conselhos:

1) CMN - Conselho Monetário Nacional

O CMN foi instituído em 1964 pela Lei 4.595 e é um importante órgão do Sistema Financeiro Nacional. Ele faz parte do Ministério da Fazenda, tendo a responsabilidade de estabelecer as metas para as políticas cambiais, monetárias e creditícias.

Com o Plano Real e a formação das novas políticas econômicas, o CMN tem a responsabilidade de definir o Regime de Metas para a Inflação. Este Regime nasce da forte correlação, encontrada pela teoria econômica, entre a taxa de juros e a inflação. Antes desta política, acreditava-se que agentes econômicos formadores de preço baseavam-se nas expectativas de inflação futura para realizar a tomada de decisão, tendo como conceito básico à expansão monetária. Assim, o BC deveria estabelecer metas para a oferta de moeda, obrigando os agentes econômicos reverem suas expectativas, o que afetaria a inflação do país.

Ao definir o Regime de Metas para a Inflação, cabe ao Copom (Comitê de Política Monetária) definir a taxa de juros, uma vez que esta prática é a execução das políticas definidas pelo CMN.

O Conselho é formado pelo Ministro da Fazenda (Presidente), pelo Ministro do Planejamento e Orçamento e pelo Presidente do Banco Central do Brasil, sendo que os serviços de secretaria são realizados pelo próprio BC.

O CMN se caracteriza como um Conselho técnico e normativo que desenvolve políticas no âmbito econômico e assume aspectos diferentes dos outros Conselhos por não interagir tão democraticamente com a sociedade civil.

2) Conselhos da Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal (CEF) possui em sua estrutura organizacional: o Conselho de Administração, o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal, duas Vice-presidências e a Diretoria Executiva.

O Conselho Administrativo é constituído por 7 (sete) conselheiros nomeados pelo Ministro da Fazenda e possuem mandato de 3 (três) anos. Sua função principal é guiar os negócios da Caixa, o maior banco público da América Latina.

O segundo Conselho do banco corresponde ao Conselho Diretor, que é o órgão colegiado da empresa formado por 10 (dez) membros: o Presidente da Caixa e mais nove vice-presidentes nomeados pelo Presidente da República. O Conselho Diretor possui poder deliberativo e suas finalidades são: apresentar e votar as políticas e as estratégias a serem conduzidas pelo Conselho Administrativo e decidir a estrutura organizacional da Caixa.

O Conselho Fiscal é composto por 5 (cinco) membros nomeados, assim como o Conselho Administrativo, pelo Ministro da Fazenda, para mandato de um ano. A principal função do órgão é a de fiscalizar os atos dos administradores e os demonstrativos financeiros da Caixa Econômica Federal.

Assim, estes são os Conselhos da CEF que, juntamente com os demais níveis administrativos citados, são responsáveis pela organização e também por qualquer evento que cause danos a terceiros no exercício de suas competências.

3) Conselhos ligados ao Banco do Brasil

De acordo com o Estatuto da Fundação Banco do Brasil são quatro os órgãos administrativos da Instituição: o Conselho Curador, a Diretoria Executiva, o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.

O Conselho Curador é o órgão superior da Fundação cujas competências principais são orientar e deliberar acerca das principais atribuições administrativas do BB. É formado por onze membros: 3 (três) natos e 8 (oito) temporários.

Entre os membros natos estão o Presidente do Banco do Brasil S.A., o presidente da Fundação Banco do Brasil e mais um membro escolhido pelo Conselho Administrativo do BB. Dos 8 (oito) membros temporários nomeados também pelo Conselho Administrativo do BB, metade destes membros

corresponde a profissionais atuantes no setor privado e a outra metade atuantes no setor público. Eles possuem mandato de 2 (dois) anos.

O Conselho Consultivo é o órgão que presta assessoria à Diretoria Executiva. É composto pelo Presidente da Fundação (membro nato) e por até 4 (quatro) pessoas naturais a serem nomeadas pelo Conselho Curador, após indicação da Diretoria Executiva.

O Conselho Fiscal, como o próprio nome apresenta, tem como finalidade fiscalizar as práticas administrativas que envolvem a Fundação. É formado por 3 (três) membros: o representante do maior acionista minoritário do Banco do Brasil S.A., o representante do Ministério da Fazenda e pelo gestor da área de auditoria interna do BB. A presidência do órgão deverá ser exercida por seus próprios membros, tendo o gestor da área de auditoria interna a prioridade de assumir tal posição. O mandato de cada presidente é de apenas um único ano.

Objetivos e Metodologia

1. Histórico da criação e atribuições
 - Descrição das principais transformações dos conselhos -- quando for o caso
2. Política de nomeação dos conselheiros
3. Identificação das redes a que pertencem (neste item será utilizada a mesma metodologia descrita no projeto anterior)

Divisão do trabalho e atribuições

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">○ Nina Cunha - pesquisa sobre COFECON○ Isabela Callegari - pesquisa sobre os Conselhos do BB○ Heitor L. M. Gomes - pesquisa sobre Conselho Monetário Nacional |
|---|

Bibliografia

Branco, Cristine Lourdes. (2001). *Decisões Públicas Colegiadas: a Experiência do Conselho Nacional de Meio Ambiente*. Mestrado Profissionalizante, Universidade de Brasília.

Pereira, Rosana Sperandio. (1998). *Participação da sociedade civil no governo Itamar Franco: Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA*. Mestrado em Política Social, Universidade de Brasília.

RIBEIRO, José Mendes. *Conselhos de saúde, comissões intergestores e grupos de interesses no Sistema Único de Saúde (SUS)*. *Cadernos de Saúde Pública*, vol.13, n.1 Rio de Janeiro Jan./ Mar. 1997.

http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000100018&lng=es&nrm=iso

Souza, Laura Alice M. *A atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE UNESP (Franca-SP)*.

Vasconcelos, Cristina Demartini Gontijo. (2000). *O Conselho Nacional de saúde como mecanismo de controle Social*. Mestrado em Administração, Universidade de Brasília.

Weber, Silke. (2002). *Notas sobre o CNE e a qualidade do ensino superior*. *Educação e Sociedade*, Set, vol.23, no.80, p.90-95.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000006&lng=pt&nrm=iso

Sites pesquisados:

- www.cofecon.org.br
- www.cade.gov.br
- www.cdes.gov.br
- www.fazenda.gov.br
- www.bb.com.br
- www.petrobras.com.br
- www.caixa.gov.br

ANEXO 2

Novo Programa de Iniciação Científica

Professora: Ana Cristina B. Martes

Aluno ingressante:

Heitor L. M. Gomes

Tema

Em decorrência das dificuldades encontradas na realização do projeto descrito no primeiro programa, este novo projeto propõe o estudo da promoção de políticas públicas que desenvolvam o empreendedorismo, como forma de unir duas importantes áreas do conhecimento: a Administração Pública e a Sociologia Econômica. Assim, procura-se relacionar com tais áreas de uma forma diferente da que vem sendo apresentada pela literatura contemporânea que aborda o assunto.

Objetivos e Metodologia

- A metodologia do projeto é a análise documental e o objetivo contribuir com a produção de um material que aborde a questão do empreendedorismo segundo o prisma da Sociologia Econômica. Ainda, na composição do projeto espera-se prosseguir com a discussão acerca da relação existente entre os modelos burocráticos e de redes.

ANEXO 3 - Reportagens

Brasil cai e se torna o 122º melhor para fazer negócios

O Brasil permanece como um dos países mais difíceis do mundo para fazer negócios, de acordo com relatório do Banco Mundial (Bird). O país caiu uma posição em relação ao ranking de 2006 e voltou a

ser, entre 178 países, o 122º melhor para uma empresa fazer negócios --mesma posição que ocupou no levantamento de 2005.

A liderança no "Doing Business 2008", realizado entre junho de 2006 até 1º de junho deste ano, é de Cingapura, seguida por Nova Zelândia e EUA. Na América Latina, o país só está melhor que Equador (128º), Bolívia (140º), Haiti (148º) e Venezuela (172º). Porto Rico, o mais bem colocado do continente, é o 28º, seguido por Chile (33º) e México (44º).

O Brasil, por exemplo, continua a ser o lugar em que as companhias passam mais horas pagando tributos: são 2.600 horas por ano, ou mais de 108 dias. Esse número também inclui o tempo gasto preenchendo e preparando os documentos. O segundo mais mal colocado é a Ucrânia, com 2.085 horas. Em Cingapura, terceira mais bem colocada, são 49 horas para cumprir os regulamentos tributários.

Ainda assim, foi no quesito pagamento de tributos que o Brasil mais evoluiu no levantamento. Passou da posição 151, em 2006, para 137. Isso aconteceu porque o número de pagamento de tributos ao ano caiu de 23 para 11. Também houve queda na proporção entre tributos pagos e o lucro da empresa, de 71,7% para 69,2%.

O estudo mostra que um investidor demora em média 152 dias para abrir uma empresa no Brasil -só em quatro países é preciso mais tempo para começar um negócio. Na Dinamarca, são necessários 6 dias para a mesma operação, no Uruguai, 44 dias, e em Togo, 53 dias.

Ele destaca algumas das reformas feitas pelo Brasil, como a limitação dos casos que podem ir ao Supremo Tribunal Federal e as emendas do Código de Processo Civil "que tornaram mais fácil aos credores cobrar dívidas".

América Latina

Segundo o estudo, a América Latina e o Caribe estão ficando para trás de outras regiões no ritmo da reforma de regulamentações. A região teve 26 reformas positivas, com a Colômbia como destaque, porém houve seis mudanças negativas, que aumentaram a dificuldade de fazer negócios.

Para o Bird, a desaceleração na região pode ser o resultado de um ano eleitoral muito ativo, em que houve mudança de presidentes em 13 países.

Alunos brasileiros ficam entre os últimos em ciências

Brasil ficou em 52º lugar entre 57 países em ranking que compara qualidade de ensino

País ficou à frente apenas de Colômbia, Tunísia, Azerbaijão, Qatar e Quirguistão; Finlândia teve o melhor desempenho

ANTÔNIO GOIS
DA SUCURSAL DO RIO

ANGELA PINHO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Uma comparação da qualidade da educação em 57 países mostrou que o desempenho médio dos estudantes brasileiros de 15 anos é suficiente apenas para colocar o país na 52ª posição do ranking que mede o aprendizado em ciências.

O resultado foi divulgado ontem pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), que, de três em três anos, aplica o Pisa (sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Alunos) com o objetivo de comparar a qualidade da educação em diversos países. No ano passado, a ênfase da prova -que já focalizou as áreas de leitura e matemática em anos anteriores- foi em ciências.

O relatório completo do Pisa só será conhecido na terça-feira, mas ontem a OCDE divulgou os primeiros rankings, que mostram a Finlândia com o melhor desempenho, seguida de Hong Kong e Canadá. O Brasil ficou à frente apenas de Colômbia, Tunísia, Azerbaijão, Qatar e Quirguistão, o pior.

No entanto, como há um coeficiente de variação das médias em cada país, a posição brasileira pode variar entre a 50ª, no cenário mais positivo, e a 54ª, no mais negativo. Por causa disso, o Brasil está tecnicamente empatado com Indonésia, Argentina, Colômbia e Tunísia.

Apenas seis países da América Latina fazem parte do Pisa. O mais bem colocado na lista foi o Chile (40ª posição), seguido de Uruguai (43ª) e México (49ª). Todos, no entanto, ficaram abaixo da média dos membros da OCDE (que congrega 30 países, em sua maioria europeus e da América do Norte).

Como o programa é de livre adesão, Índia, China e quase todos os países africanos, por exemplo, não participam.

Para o presidente do Inep (instituto de avaliação do Ministério da Educação), Reynaldo Fernandes, a posição do Brasil "não é boa", mas era esperada, já que os outros países, na maioria, são desenvolvidos e porque outras avaliações já haviam apontado baixo desempenho dos estudantes brasileiros em outras áreas. "Não é um caso específico de ciência."

Jorge Werthein, diretor-executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana e ex-representante da Unesco no Brasil, diz que os resultados expõem a necessidade de investir no ensino de ciências desde cedo nas escolas públicas.

"A imensa maioria das escolas públicas de ensino fundamental no Brasil não tem ensino de ciências, nem professor capacitado para isso. É por isso que poucos alunos chegam ao ensino médio interessados e com bom desempenho nas disciplinas dessa área", afirma.

Para ele, o resultado não pode ser considerado aceitável. "Lamentavelmente, mais uma vez aparecemos atrás de países da América Latina e muito defasados em relação aos países desenvolvidos. Ontem, ao ler [o jornal espanhol] "El País", vi que eles consideram inaceitável a 31ª posição da Espanha. Se é inaceitável para eles, tem de ser para nós também."

O presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Marco Antonio Raupp, afirma que há uma disparidade entre o desempenho dos estudantes jovens e os rankings mundiais de produção científica.

No último, produzido pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o Brasil ficou na 15ª posição -a lista, porém, tem apenas 30 países. "Foi feito um grande esforço [do governo federal], com agências voltadas à pós-graduação, mas nada comparável foi realizado em relação ao ensino fundamental."

Ele apontou como um dos problemas a falta de professores qualificados para o ensino de ciência - relatório recente do Conselho Nacional de Educação apontou que apenas 9% dos docentes de física da rede pública têm formação específica; em química, apenas 13%.

Quase metade das empresas criadas em 1997 fecharam até 2005

Em 2005, 42% das empresas brasileiras tinham menos de 5 anos de idade, enquanto apenas 3% apresentavam 30 anos ou mais. Já em relação ao pessoal ocupado, a participação destas empresas com 30 anos ou mais de idade representava 20% do total dos trabalhadores. As maiores taxas de entrada (criação) e saída (extinção) de empresas no mercado¹ foram observadas nas empresas com 0 a 4 pessoas ocupadas (18,6% e 13,1%, respectivamente). Já as menores taxas, ocorreram na faixa de empresas com 100 e mais pessoas ocupadas (1,6% e 1,2%, respectivamente).

Com relação à sobrevivência das unidades criadas em 1997, foi possível observar que no primeiro ano de vida, cerca de 20% das empresas não sobreviveram. Após dois anos de criação, 27,2% das empresas já

estavam com as portas fechadas e, depois de 8 anos, apenas 51,6% ainda continuam ativas. A análise regional mostrou que cerca de 51% das unidades criadas, em 1997, nas regiões Nordeste e Sudeste ainda existiam em 2005. Na região Norte o percentual de sobrevivência foi de 46,5%, na Centro-Oeste foi de 47,8% e o Sul foi o que apresentou maior taxa, 53,8%.

Essas e outras informações fazem parte do estudo sobre a demografia de empresas no Brasil, realizado a partir das informações do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE 2005², e são detalhadas em seguida. Todos os resultados da estudo estão disponíveis no www.ibge.gov.br

O estudo mostrou que 62,5% das empresas brasileiras estão estabelecidas no mercado há menos de 10 anos, sendo que 42,1% das empresas foram criadas há menos de cinco anos. Apenas 2,9% das empresas foram criadas há 30 anos ou mais. As empresas com maior tempo de permanência no mercado têm maior média de pessoal ocupado total. Por exemplo, as empresas com 30 anos ou mais de idade representam apenas 2,9% do total de empresas, mas ocupam 20,0% do total de pessoas. Ainda em 2005, as empresas com até cinco anos de idade representavam 42,1% do total de empresas e 26,0% do total do pessoal ocupado.

CONTINUAÇÃO

Para discutirmos políticas públicas que promovam o empreendedorismo é necessário, primeiramente, analisarmos a cultura empreendedora e diagnosticar o grau de proximidade entre esta variável e as instituições brasileiras e, principalmente, a sociedade do Brasil. Com isto, espera-se identificar se neste território há um campo fértil em que o empreendedorismo possa se desenvolver.

Ao tratar o empreendedorismo no mundo, podemos identificar uma grande diversidade de fatores que o incentivam: no Japão, por exemplo, a ação do Estado em proteção às unidades de produção familiares, nos EUA a ascensão de uma cultura voltada para o trabalho e para a acumulação, na Holanda a pequena extensão territorial que fez com que os holandeses desenvolvessem uma forte capacidade de criação e não de produção.

Podemos entender esta cultura empreendedora como o ambiente que favorece a abertura de novas empresas ou ainda segundo a visão schumpeteriana em que o empreendimento está ligado ao processo de inovação.

A partir da leitura de Sérgio Buarque de Hollanda, pode-se entender uma visão da sociedade brasileira muito ligada ao conformismo, de pouca burocracia (e neste momento me refiro à boa burocracia), à cordialidade, ao consenso. Isto é algo muito prejudicial à formulação do capitalismo e, por consequência, do empreendedorismo que nasce da forma com que é concebido atualmente com o próprio capitalismo.

A partir deste cenário, temos um cenário adverso em que os empreendimentos são abertos como forma da necessidade e não da oportunidade. Analisando as iniciativas ligadas à área estatal, pode-se ver uma concentração na pauta do tema empreendedorismo nas ações de uma instituição de direito privado, mas com interesse público – que sobrevive graças ao dinheiro público: o Sebrae.

Num país com as características expostas, o Sebrae é algo bom? O Sebrae se diz uma instituição que contribui para o desenvolvimento da cultura empreendedora. A partir dos parâmetros considerados e já discutidos sobre o tema, pode-se comprovar a veracidade da informação. No entanto, uma análise mais cuidadosa sobre a hipótese é necessária. O Sebrae é uma instituição que democratiza ferramentas de gestão. Se nos apegarmos à que fora discutido sobre a figura do empreendedor para a sociologia econômica, podemos presenciar uma situação conflitante. O alto grau de customização da instituição faz com que importantes variáveis que circundam a figura do empreendedor sejam esquecidas. Mas deve-se ressaltar também que num ambiente como a que a sociedade brasileira está inserida, qualquer coisa vem a contribuir.